

RESPOSTA OFICIO Nº. 076/2025/AJL-CMT

Teresina (PI), 28 de Outubro de 2025

PARA:

ASSESSORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

ASSUNTO:

ACATAMENTO DE SUGESTÕES AO PL 234/2025

Prezados,

Venho, por meio deste, **RESPONDER** o ofício referente ao Projeto de Lei nº 234/2025, que trata sobre a criação de uma Política Municipal de Acessibilidade e Mobilidade Inclusiva nas Obras de Pavimentação e Calçamento de Teresina.

Ao tempo em que acato as sugestões de alterações, encaminhando o projeto de Lei já devidamente alterado.

Sendo o que tínhamos para o momento, receba nossos protestos de consideração, estima e apreço.

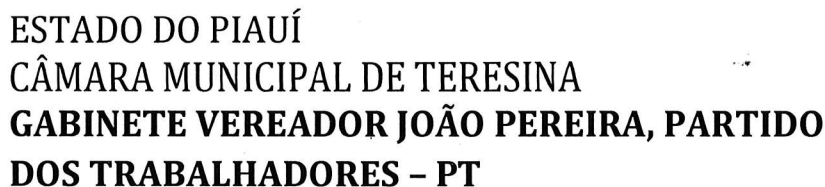
Atenciosamente,


JOÃO PEREIRA
VEREADOR-PT





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 330032003400310035003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**AUTOR/ SIGNATÁRIO**

EMENTA

Dispõe sobre a criação de uma Política Municipal de Acessibilidade e Mobilidade Inclusiva nas Obras de Pavimentação e Calçamento de Teresina e dá outras providências.

Faço saber que o plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e, eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Teresina, a **Política Municipal de Acessibilidade e Mobilidade Inclusiva**, com o objetivo de garantir que todas as obras de pavimentação, recapeamento, calçamento e urbanização de vias públicas sejam planejadas e executadas de forma acessível e segura para todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência, mobilidade reduzida, doenças invisíveis e demais condições que limitem sua autonomia.

I – **Acessibilidade:** possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, de espaços urbanos, mobiliários, equipamentos urbanos e serviços.

II – **Deficiência oculta:** condições físicas, mentais ou neurológicas não visíveis que limitem a capacidade plena do indivíduo, como autismo e deficiências auditivas.

III – **Mobilidade reduzida:** limitação permanente ou temporária na capacidade de se locomover, com ou sem uso de dispositivos de auxílio.

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Acessibilidade:

I – Universalização do acesso aos espaços públicos;

II – Inclusão plena de todas as pessoas, independentemente de sua condição física, sensorial, intelectual ou emocional;

Av. Marechal Castelo Branco, 625,- Cabral

Av. Marechal Castelo Branco, 625 - Cabral
Autenticar documento em <http://www.spjonline.com.br/cnteresina/autenticidade>
com o identificador 33003200934003760933003A00543052004700. Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001.
Telefone: (86) 3200-0350 Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 330032003400310035003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- III – Respeito à dignidade humana;
IV – Autonomia e segurança na mobilidade urbana.

Art. 4º As diretrizes da política incluem:

- I – Implantação de **piso tátil, rampas de acesso, sinalização sonora e visual** nas novas obras;
II – Previsão de **faixas de travessia acessível** com rebaixamento de guias;
III – Planejamento de calçadas com **largura mínima adequada, superfície regular e antiderrapante**, livres de obstáculos;
IV – Inclusão de **elementos de orientação e comunicação acessíveis** para pessoas com deficiência auditiva, visual e intelectual;
V – Observância às normas da **ABNT NBR 9050/2020** e outras normas técnicas aplicáveis.

CAPÍTULO III – DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 5º Todas as licitações, projetos e contratos de obras públicas no município deverão conter cláusulas específicas que assegurem o cumprimento dos critérios de acessibilidade definidos nesta Lei.

Art. 6º Os órgãos municipais responsáveis pelo planejamento urbano e pela execução de obras públicas deverão:

- I – Garantir capacitação técnica para servidores e empresas contratadas sobre acessibilidade e inclusão urbana;
II – Realizar vistorias técnicas em todas as obras de calçamento e pavimentação;
III – Incorporar mecanismos de **fiscalização participativa** com a sociedade civil, conselhos de direitos e entidades representativas de pessoas com deficiência.

CAPÍTULO IV – DAS PENALIDADES

Art. 7º O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Teresina (PI), 24 de Setembro de 2025.

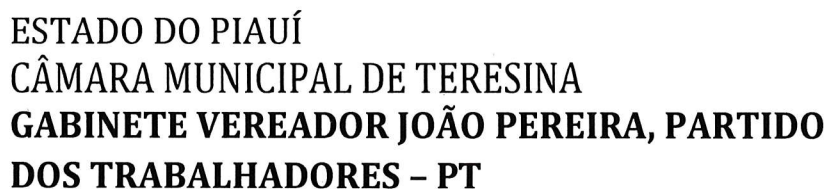

João Pereira

Vereador - Partido dos Trabalhadores





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 330032003400310035003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



A presente proposição tem como objetivo instituir a **Política Municipal de Acessibilidade e Mobilidade Inclusiva nas Obras de Pavimentação e Calçamento de Teresina**, garantindo que toda intervenção urbana respeite os princípios da inclusão, da dignidade humana e da igualdade de acesso ao espaço público por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência — seja ela física, sensorial, intelectual, mental ou invisível.

A **Constituição Federal de 1988**, em seu art. 1º, inciso III, consagra como fundamento da República a dignidade da pessoa humana, e em seu art. 5º, caput, garante a igualdade de todos perante a lei. Já o **art. 227, §2º**, determina que o Estado promoverá programas de assistência à pessoa com deficiência, garantindo a acessibilidade aos espaços públicos.

“É obrigatória a acessibilidade nas vias e nos espaços públicos, no mobiliário urbano, nos edifícios de uso público e coletivo, nos meios de transporte e na comunicação, inclusive seus serviços e informações.”

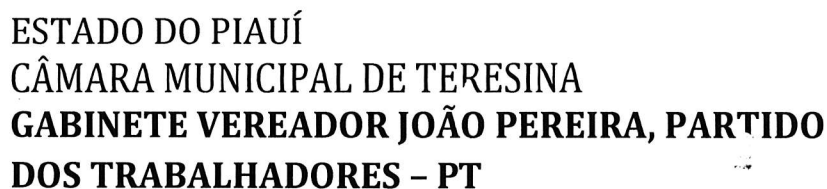


Avenida Marechal Castelo Branco, 625 - Cabral

Autenticar documento em <http://www.spdonline.com.br/carteresia/autenticidade>
com o identificador 33003200324009800340054005400700 Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 330032003400310035003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



A proposta prevê, ainda, que todas as **licitações, projetos e contratos públicos** incluam cláusulas obrigatórias de acessibilidade, sob pena de sanções administrativas. Dessa forma, a Prefeitura de Teresina assume um compromisso com a legalidade, com os direitos humanos e com a construção de uma cidade verdadeiramente democrática e inclusiva.

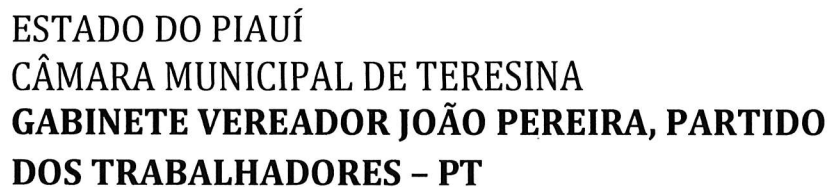
Avenida Marechal Castelo Branco, 625 - Cabral

Autenticar documento em <http://www.sponline.com.br/interesina/autenticidade>
com o identificador 33003200334009609008100540054700, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 330032003400310035003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Câmara Municipal de Teresina (PI), 24 de Setembro de 2025.

Vereador - Partido dos Trabalhadores

CNPJ nº 06.948.710-00 - Torronza / RJ

Autenticar documento em <http://www.spliconline.com.br/cnpteresina/autenticidade>
com o identificador 33003200134009060930084005440054400544
Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 330032003400310035003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.